

Problema candente

Temos vindo a propor um exame de consciencia sobre o gravíssimo problema de saber se a ineficácia da organização chamada corporativa, sobretudo no que respeita ao aspecto social, provém do próprio sistema adoptado, se dos homens que o aplicam, se de ambos ao mesmo tempo.

Não queremos absolver os homens, mas também não nos parece justo condená-los. Talvez haja neles alguma culpa, mas não poderemos lealmente afirmá-lo sem que o sistema, ele próprio seja chamado a responder pelas «suas» culpas. Tudo o que for sair daqui não será nem justiça, nem sinceridade.

Inclinámo-nos—já o dissemos—para atribuir a culpa ao sistema. Ele desconhece as realidades, salta por cima delas, quer contrariá-las. Não tendo posto em equação o problema social, como poderá resolve-lo?

O seu objectivo declarado foi o de combater o marxismo e o seu dogma da luta de classes.

Seguiu porém o caminho mais simplista e ilusório: — já que o mal está na luta das classes, decreta-se o não reconhecimento das classes. Não havendo exércitos não há batalhas. Faz-nos lembrar erro idêntico preconizado em relação à Alemanha: dissolve-se o exército alemão e não haverá mais guerras.

O resultado que se obtém nestes casos é apenas um: adiar a guerra para mais tarde; quando um outro sistema mais realista poderia, sem dissolver o exército conduzir a Nação alemã ao desejo e amor da paz.

E evidente que ninguém deseja colaborar num sistema que o humilha. Individualmente, ainda se pode conseguir alguma coisa. Nunca se consegue nada colectivamente.

Lembra-nos da sanha, digamos a palavra, com que, durante muito tempo o Instituto Nacional do Trabalho impediu que fálássemos, neste jornal, da *classe operária*: não existem classes, explicavam-nos, mas profissões.

A nossa boa vontade em querer compreender, o nosso silêncio forçado nem por isso adiantaram grande coisa para a modificação das realidades. Existem profissões, mas existem também classes. O homem move-se, vive pensa, age, influenciado por uma e por outra. Tomou-se o homem diferente do que era, caindo-se no mesmo erro do liberalismo: ao *homo aeconomicus* inexistente, sucedeu, com o Estatuto do Trabalho Nacional, um *homo professionalis*, igualmente inexistente. Por isso, não assentando em rocha firme, não poderia construir sólidamente o futuro.

Urge fazer-se uma revisão do Estatuto do Trabalho Nacional, adaptado à vida, às realidades sociais e às exigências dum boa e leal colaboração entre os ho-

mens e entre as classes. Os Sindicatos têm de ter em conta o direito natural, que outorga aos membros de uma associação o direito de a dirigirem por eles mesmos. Este ponto é fundamental para a eficácia das organizações.

Depois é necessário, tendo em conta a realidade das classes que se constituíram na sociedade, valorizá-las socialmente, de forma a poderem colaborar para o bem comum livremente, sem que se sintam dependentes umas das outras ou oprimidas umas pelas outras. Aliás a colaboração só é possível neste pé. A sujeição dum classe a outra só é possível em ditadura política ou económica: a ditadura do proletariado ou a ditadura do capital. Se não existir uma, existe a outra, sempre que se não coloquem

voluntariamente as classes ao lado uma da outra, para tratarem das mútuas relações em pé de igualdade.

Desconhecer as classes, impedir a sua valorização, para que colaborem irmãmente, é fomentar o predomínio de uma delas sobre a outra, em perfeita ditadura, mesmo que o regime político seja, na realidade democrático.

Já entre nós tivemos «ditadura» do proletariado em pleno regime democrático.

Se pensamos resolver o problema abatendo uma das classes, não tentamos ilusões, pois mais não faremos do que aceitar o sistema de alcatruzes: ora uns, ora outros.

Nisto nos parece residir, em última análise, o erro do Estatuto do Trabalho Nacional.

AV
"O Trabalhador"
Nov. 1946